
FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE PRIVAÇÕES EM ASPECTOS RELACIONADOS À POBREZA EM TEMPOS DE COVID-19

Feminization of poverty: an analysis of deprivations in aspects related to poverty in Covid-19 times

Matheus Henrique Pereira Santos

Bacharel em Ciências Econômicas. Analista de Compras na Far.me. Av. Purdue, s/nº. Campus Universitário, 36570-000. Viçosa, MG – Brasil. matheus.h.pereira@ufv.br.

Ana Cecília de Almeida

Economista. Doutora em Economia Aplicada (PPGEA/UFV). Professora Adjunta do Departamento de Economia (UFV). Departamento de Economia. Av. Purdue, s/nº. Campus Universitário, 36570-000. Viçosa, MG – Brasil. ana.almeida@ufv.br

Resumo: Mesmo com a redução das desigualdades de gênero, ainda persistem diferenças que fazem com que as mulheres possam estar mais vulneráveis à pobreza. Nesse sentido, o presente trabalho se propôs a investigar, por meio dos dados de 2019 e 2020 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a ocorrência da feminização da pobreza no Brasil através da análise de múltiplas privações, considerando aspectos como o Desenvolvimento Infantil, o Mercado de Trabalho e a Disponibilidade de Recursos, e visando a compreender o comportamento desse fenômeno diante do choque da pandemia da Covid-19. Os resultados das estimações realizadas revelam que as famílias em que a mulher é a pessoa de referência, comparadas às famílias em que essa pessoa é um homem, apresentam maior probabilidade de se situarem em condição de vulnerabilidade. Além disso, esse efeito é ainda maior no ano que marca o início da pandemia da Covid-19 no Brasil, para a maioria dos aspectos considerados neste trabalho.

Palavras-chave: mulheres como pessoa de referência no domicílio; aspectos de vulnerabilidade à pobreza; choques e questões de gênero.

Abstract: Even though there has been a reduction of gender inequalities, differences persist that make women more vulnerable to poverty. In this respect, this work aimed to investigate, through data from 2019 and 2020 from the National Survey of Household Samples Continues (PNADC), the occurrence of the feminization of poverty in Brazil through the analysis of multiple deprivations, considering aspects such as Child Development, Labor Market and Availability of Resources. It also aimed to understand the behavior of this phenomenon in face of the shock of the Covid-19 pandemic. The results show that families in which a woman is the household head, compared to families in which the household head is a man, are more likely to be in a condition of vulnerability. In addition, this effect is even greater in the year that determines the beginning of the Covid-19 pandemic in Brazil, for most aspects considered in this paper.

Keywords: women as a reference person in the household; poverty vulnerability aspects; shocks and gender issues.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho é marcado por persistentes desigualdades, e uma delas é a desigualdade de gênero. Segundo o Fundo Monetário Internacional (IMF, 2022), mesmo com o avanço contemporâneo, ainda se observam disparidades como: mulheres presentes em menores proporções no mercado de trabalho, comparativamente aos homens; diferença salarial em favor deles; e o fato de que elas ainda são maioria em trabalhos informais. Essas condições desfavoráveis às mulheres no mercado de trabalho, as quais não dizem respeito apenas às questões econômicas, contribuem para que as famílias em que a mulher é a pessoa de referência estejam mais vulneráveis à pobreza. Ante esse cenário, o conceito de “feminização da pobreza” ganha espaço e legitimidade para estudos nesse âmbito. A definição desse conceito foi articulada pela primeira vez por Pearce (1978), no qual analisou o quadro das mulheres que, em função da ausência de um companheiro ou marido, necessitam suprir o sustento de toda a sua família. Perante isso, a autora verificou que as essas mulheres acabam enfrentando inúmeras privações, as quais lhes conduzem a uma situação de pobreza. Esse quadro também parece ser observado no Brasil. De acordo com o Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro (2020) o percentual de pessoas em conjuntos familiares sem cônjuge, com filho(s) de até 14 anos e que apresentavam mulheres como pessoa de referência em condição de extrema pobreza, no ano de 2018, era de cerca de 23,7% (mulheres negras) e de 13,9% (mulheres brancas); enquanto apenas 7% dos indivíduos que compunham os demais arranjos familiares observados nesse estudo eram extremamente pobres.

O advento da pandemia da Covid-19, com todos os seus impactos – como os períodos de quarentena, em que se fez necessária a reclusão domiciliar –, pode ter despontado uma piora na situação das mulheres, devido aos grandes obstáculos enfrentados dentro e fora de casa. A suspensão dos serviços de educação presenciais dos filhos, o elevado risco da perda do emprego e a exposição a situações de violência, abuso, exploração e assédio são alguns dos pontos que contribuíram para agravar a condição das mulheres, conforme exposto pelo documento da Nações Unidas (United Nations, 2020). Com relação à participação no mercado de trabalho, Costa, Barbosa e Hecksher (2021) verificaram que, com a pandemia, a desigualdade das mulheres perante os homens quanto à taxa de ocupação ficou ainda mais evidente - cerca de 19 pontos percentuais (p.p.), para o ano de 2020. Ademais, a proporção de ocupadas em relação ao total de mulheres era de 46,2% em 2019, e, em 2020, essa taxa de ocupação se reduziu em cerca de 6 p.p., assumindo um valor aproximado de 39%.

Tendo-se em vista essas considerações, este trabalho tem por objetivo verificar se o fenômeno da feminização da pobreza ocorre no Brasil, através de uma análise dos múltiplos aspectos da pobreza. O intuito aqui não é olhar a pobreza apenas pela ótica da renda, mas considerar também as carências ou a privações de componentes considerados essenciais para uma vida digna, sejam eles financeiros ou não. Além disso, objetiva-se também neste trabalho averiguar se esse fenômeno se agravou após o choque da pandemia da Covid-19, partindo da premissa de que comparativos intertemporais dessa questão sejam indispensáveis para compreendermos com que intensidade esse problema pode estar ocorrendo na sociedade brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente, é de suma importância, para a contextualização deste trabalho, compreender os papéis assumidos por homens e mulheres com base na organização tradicional da sociedade. Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) desenvolvem o conceito de divisão sexual do trabalho, relacionando-o com a separação das atividades resultantes das relações sociais entre os gêneros. Conforme essas autoras, essa divisão é caracterizada pela associação dos homens às ocupações da esfera produtiva e das mulheres às da esfera reprodutiva, sendo esse formato moldado historicamente

socialmente. Como resultado, os homens acabam assumindo posições de maior grandeza social, como cargos políticos e militares, e, portanto, funções superiores no âmbito econômico; as mulheres, por sua vez, acabam sendo designadas para as tarefas ligadas à reprodução biológica, com destaque para a maternidade, e aos afazeres domésticos (Hirata; Kergoat, 2007; Ferreira, 2021).

Nessa perspectiva, pode-se abarcar a teoria da “Economia do cuidado”, que fundamenta a discussão acerca das tarefas vinculadas ao cuidado ou “*care*”, predominantemente desempenhadas pelas mulheres. Segundo Kergoat (2003), parte da realidade que elas ainda vivenciam justifica-se pelo fato de que sua entrada no mercado de trabalho se deu com a apropriação das atividades ligadas à imagem maternal e conjugal que lhes são culturalmente associadas. Considera-se que, pelo fato de estarem interligadas a um conjunto organizacional, essas atividades acabam limitando as oportunidades das mulheres de ingressarem nas demais esferas sociais. Dessa forma, a discussão dessa teoria suscita a necessidade de uma análise da questão da mercantilização e da importância das tarefas desse cunho, as quais, quando não inseridas no mercado de trabalho, são concebidas como pouco relevantes, improdutivas e sem necessidade de pagamento ou remuneração. Em outras palavras, a falta de reconhecimento social dessas atividades gera o descompasso de considerá-las como “não trabalho”. Ao mesmo tempo, quando inseridas no mercado, as atividades de cuidado exprimem outra problemática: mesmo sendo remuneradas, elas são exercidas, em sua grande maioria, sem nenhuma base ou regulamentação trabalhista, o que resulta em baixos rendimentos, demonstrando, mais uma vez, a sua fraca valorização social (Almeida *et al.*, 2021). Além disso, a maior responsabilidade assumida pelas mulheres com o cuidado da casa e de crianças e idosos pode também interferir na quantidade e na qualidade do tempo que alocam para o mercado de trabalho, bem como no tipo de trabalho desenvolvido, uma vez que provavelmente não poderão assumir as atividades que lhes exijam mais horas de dedicação ou longas viagens (Pressman, 2003).

Portanto, uma vez que as mulheres são vistas como diferentes dos homens, e que a elas são associadas, tradicionalmente e culturalmente, atividades com menor retorno monetário, pode-se justificar a sua predisposição à pobreza a partir de determinantes e de fatores específicos do seu gênero. Segundo Oliveira (2018), é possível citar, nessa vertente, alguns pontos que ilustram as disparidades que vivenciam, tais como: discrepâncias em termos de ingresso no mercado de trabalho, como taxas de atividade menores para as mulheres em comparação com as dos homens; desprestígio social e econômico dos papéis que executam, ocasionando diferenças salariais e discriminação laboral – fator que resulta na designação das mulheres para a informalidade e para a ocupação de empregos precários, e que contribui para a manutenção da concepção de que as mulheres não são compatíveis ou capazes de lidarem com tarefas de melhor qualidade; falta de equidade na obtenção de recursos financeiros e produtivos (por exemplo, empréstimos, capital produtivo, crédito ou terra); desequilíbrio no tocante às oportunidades, resultando em uma pequena participação das mulheres em cargos de liderança, tanto no setor privado quanto no setor público, o que culmina no envolvimento de poucas mulheres nas tomadas de decisão.

A predisposição das mulheres para a pobreza tem sido fortemente relacionada na literatura ao conceito de feminização da pobreza¹. No entanto, cabe ressaltar que não existe uma concordância quanto à definição desse conceito. As abordagens mais utilizadas estão relacionadas à maior proporção de famílias em que a mulher é a pessoa de referência dentre as mais pobres ao longo do tempo e, em segundo plano, à incidência de mulheres em tarefas informais, as quais implicam baixos rendimentos. Além disso, é possível também verificar o termo feminização da pobreza vinculado aos seguintes fatores: ao problema de as mulheres viverem, em maior proporção que os homens, em condições de escassez; à severidade da pobreza, sendo maior para elas do que para eles; e, por último, à maior propensão à pobreza entre elas à medida que se eleva a quantidade de famílias em que a pessoa de referência é uma mulher (Oliveira, 2018).

1 Ver Vega (2019), Araújo e Casaca (2021) e Garrucho, Cabrera e Caldarelli (2021).

Contudo, mesmo diante dessas inúmeras acepções para o conceito de feminização da pobreza, um consenso dos estudos é o de que esse fenômeno está relacionado a uma mudança temporal nas condições de pobreza das mulheres. Portanto, ao estudar a feminização da pobreza, faz-se necessário verificar como essas condições se alteram ao longo do tempo. Quando analisada a distribuição de mulheres vivendo em condição de escassez de forma pontual, isto é, levando em consideração apenas um momento no tempo, a análise assume o conceito de sobrerrepresentação feminina na pobreza. A esse respeito, destaca-se que a diferença entre os termos *feminização da pobreza* e *sobrerrepresentação da pobreza* se dá, principalmente, por essa diferença temporal na análise (Costa *et al.*, 2005).

No entanto, para melhor compreender e diagnosticar a feminização da pobreza, é necessário analisar esse fenômeno sob uma ótica não apenas temporal, mas abarcando seus múltiplos aspectos. Oliveira (2018) argumenta que essa análise é fundamental para que se possa abranger todos os fatores que, como abordado anteriormente, fomentam a existência e a intensificação desse problema, assim como para possibilitar um melhor direcionamento das ações nas quais as políticas públicas de erradicação da pobreza devem estar focadas. Contudo, ainda segundo essa autora, mesmo que o estudo do fenômeno da pobreza seja bastante robusto pela perspectiva de múltiplos aspectos, existe ainda uma defasagem na utilização dessa abordagem no que diz respeito aos estudos existentes sobre feminização da pobreza.

Tendo-se em vista que esse fenômeno é multifacetado e, por vezes, complexo e subjetivo, apurá-lo através de medidas objetivas e simples resultaria em uma análise incompleta das variáveis envolvidas. Em se tratando de pobreza correlacionada ao gênero, esse problema acaba se agravando quando analisado sob uma perspectiva que avalia apenas a renda, dado que existem situações, carências e privações específicas para as mulheres, como a falta de oportunidade e autonomia, a fragilidade e a violência doméstica (Baden; Milward, 1997 apud Costa *et al.*, 2005).

De acordo com Barros, Carvalho e Franco (2006), a análise da pobreza em nível de família pode ocorrer segundo fatores diversos, entre os quais se incluem: vulnerabilidade, falta de acesso ao conhecimento, desenvolvimento infantil, acesso ao trabalho, escassez de recursos e carências habitacionais. O aspecto da vulnerabilidade diz respeito à quantidade de recursos que a família precisa para que suas necessidades básicas sejam atendidas. A presença de pessoas economicamente inativas na família faria com que os mesmos recursos fossem divididos entre mais pessoas, aumentando, desse modo, a probabilidade de os recursos não satisfazerem as necessidades básicas da unidade domiciliar. A falta de conhecimento levaria as pessoas dessa família a terem menores chances de conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de obterem rendas mais elevadas. Sob essa mesma ótica, pode-se relacionar o aspecto do desenvolvimento infantil e a pobreza. Ademais, os autores argumentam que o acesso ao mercado de trabalho também é um fator importante para caracterizar a pobreza, pois não adianta conceder meios para que sejam adquiridas capacidades que possibilitem a ascensão econômica do indivíduo, sem que lhes sejam asseguradas oportunidades para usá-las. Nesse sentido, a garantia da oportunidade de acesso ao mercado de trabalho possibilita que uma determinada pessoa faça uso de suas capacidades para gerar melhores condições para sua vida e a de sua família. Além disso, a pobreza está fortemente associada à escassez de recursos, uma vez que a grande maioria dos bens e serviços essenciais para o suprimento das necessidades básicas são adquiridos no mercado. Por fim, também as condições de habitação se relacionam à pobreza, visto que apresentam estreita relação com a saúde dos moradores, que, por sua vez, está vinculada às condições básicas para que os indivíduos consigam estudar, trabalhar e, por conseguinte, obter melhores oportunidades de emprego e renda. Para esses autores, a escolha das dimensões se baseia em uma análise prática e empírica, sendo importante ponderar quais delas mais se relacionam ao tipo de pobreza estudado e quais são passíveis de mudança no período analisado.

Ao se retratar contextos de crise – como o vivenciado atualmente, em função da pandemia da Covid-19 – torna-se possível notar que, nessas ocasiões, historicamente, as mulheres experien-

ciam um agravamento em suas condições de vida. Na conjuntura de crises que permeou a década de 1980, por exemplo, as mulheres em situação de pobreza extrema foram as mais impactadas em termos de recursos monetários. Isso porque as funções de reposição da força de trabalho e chefia do domicílio incidiram com ainda mais intensidade sobre aquelas mulheres que já eram mantenedoras do lar, nos inúmeros países que estavam em crise (Oliveira, 2018). Complementarmente, o estudo de Oliveira (2018) evidenciou que, analisando-se os anos de 2004 a 2015, foi em 2008, no contexto da crise econômica enfrentada pelo Brasil, que decorreu a pior situação das mulheres que são a pessoa de referência no domicílio em termos de privações dos atributos correlacionados à pobreza. A autora também verificou que a vulnerabilidade em termos de acesso ao trabalho foi maior para as mulheres do que para os homens nesse período de crise. Ela argumenta que esse aspecto se justifica pela concomitante jornada de trabalho produtivo e reprodutivo que as mulheres enfrentam, que as incita a ocuparem cargos informais e com menores jornadas, os quais, em períodos de crise, tendem a ser os primeiros a serem cortados.

Sob essa ótica, analisar o fenômeno da feminização da pobreza para momentos de crises complexas tomando por base uma análise de múltiplos aspectos revela-se fundamental para a compreensão do cenário e para a orientação e condução de políticas públicas voltadas para a conjuntura social.

No contexto de crise decorrente da pandemia da Covid-19, a jornada da mulher se multiplicou, em virtude do fechamento de escolas e creches e do aumento do trabalho doméstico. Além disso, Silva e Shinkoda (2021) observaram que, ao comparar homens e mulheres, foram elas as mais prejudicadas na manutenção do emprego. Em vista desses fatores, depreende-se ser importante compreender o modo como o ano que marca o início da pandemia reflete nos atributos da pobreza feminina, visando a assimilar quais aspectos levam as mulheres a uma posição de maior vulnerabilidade nesses períodos.

3 DADOS E MÉTODOS

O presente estudo valeu-se dos dados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o período de 2019 a 2020, no intuito de verificar se há, no Brasil, o fenômeno da feminização da pobreza. Ademais, a análise do período mais recente (2020), que precede o início da pandemia da Covid-19, será o parâmetro para comparar, de forma temporal, como a crise decorrente da Covid-19 afetou a feminização da pobreza.

A seleção dos aspectos, componentes e variáveis que definem a análise das privações foi baseada em Barros, Carvalho e Franco (2006). Desse modo, o presente trabalho aborda os seguintes aspectos: *desenvolvimento infantil*, *mercado de trabalho* e *disponibilidade de recursos*. Cada um desses fatores tem variáveis binárias que assumem valor 1, caso o domicílio passe por sua privação, e valor 0, caso não passe. O primeiro aspecto, o *desenvolvimento infantil*, é medido por meio da presença de pelo menos uma criança (de 5 a 17 anos) que esteja fora da escola, permitindo analisar, dessa maneira, o componente do acesso à educação infantil. Para essa regressão, em específico, portanto, a estimativa ocorre apenas para domicílios que possuam, entre seus membros, pessoas com idade entre 5 e 17 anos.

O segundo aspecto, referente ao *mercado de trabalho*, terá duas variáveis correspondentes, de forma a analisar dois componentes. O primeiro trata da qualidade do emprego, medida pela variável “ausência de ocupado no setor formal”. O segundo componente avalia a oportunidade de trabalho, tendo como proxy a variável binária que recebe o valor de 1 se nesses domicílios menos da metade dos membros em idade ativa encontrarem-se ocupados.

Por fim, embora este estudo tenha como foco uma análise que contemple os múltiplos aspectos da pobreza, embasada na abordagem dos atributos e necessidades básicas e essenciais, como educação e emprego decente, é também relevante analisar o terceiro aspecto, a *disponibilidade de*

recursos. Para tanto, tomando-se por base o componente pobreza, avalia-se a privação dos domicílios com base na variável “renda familiar *per capita* inferior a meio salário-mínimo”.

O Quadro 1 apresenta, de forma resumida, a relação entre os aspectos, os componentes e as variáveis utilizadas neste trabalho. A escolha por cada um deles justifica-se pelo fato de serem indicadores capazes de captar mudanças de curto prazo (2019 a 2020). Alguns dos outros aspectos propostos por Barros, Carvalho e Franco (2006), tais como *vulnerabilidade das famílias* (que tem por base variáveis como se “alguma mulher teve filho nascido no último ano” e “presença de criança ou adolescente”); *acesso ao conhecimento* (que utiliza variáveis como a “presença de adulto analfabeto” e “ausência de trabalhador com qualificação média ou alta”); e *carências habitacionais* (utilizando como variáveis correspondentes “domicílio não é próprio” e “lixo não é coletado”), dificilmente sofreriam alterações no período de um ano e, por isso, não foram adotados. Em suma, a escolha das variáveis para representar a análise das privações referentes à pobreza esteve relacionada à capacidade que apresentam de captar efeitos de curto prazo e ao fato de representarem importantes parâmetros para caracterizar a feminização da pobreza, bem como para testar os possíveis efeitos da pandemia da Covid-19 sobre esse fenômeno, como exposto e discutido no referencial teórico. Portanto, se a probabilidade de ocorrência das privações examinadas for superior para os domicílios em que as mulheres são a pessoa de referência quando comparada à das residências em que os homens são a pessoa de referência, indica-se, então, que há o fenômeno da feminização da pobreza.

Quadro 1 – Relação entre aspectos, componentes e variáveis

Aspectos (A_n)	Componentes (C_n)	Variáveis (Y^n)
A_1 , Desenvolvimento infantil	C_1 , Acesso à educação	Y^1 . Presença de pelo menos uma criança fora da escola (sendo que Y^1 apresenta valor igual a 1 se no domicílio existir pelo menos uma criança, de 5 a 17 anos, fora da escola e valor igual a 0 caso contrário)
	C_2 , Qualidade do emprego	Y^2 . Ausência de ocupado no setor formal (sendo que Y^2 apresenta valor igual a 1 se no domicílio não existirem ocupados no setor formal e valor igual a 0 caso contrário)
A_2 , Mercado de trabalho	C_3 , Oportunidade de trabalho	Y^3 . Menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados (sendo que Y^3 apresenta valor igual a 1 se no domicílio menos da metade dos membros em idade ativa – 14 anos ou mais – encontram-se ocupados e valor igual a 0 caso contrário)
	C_4 , Pobreza	Y^4 . Renda familiar <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo (sendo que Y^4 apresenta valor igual a 1 se a renda familiar <i>per capita</i> encontra-se inferior à linha da pobreza e valor igual a 0 caso contrário)

Fonte: Elaboração própria.

É também importante ressaltar que cada um dos aspectos escolhidos para o desenvolvimento deste estudo retrata, parcialmente, a ausência dos mecanismos essenciais para que as famílias consigam atingir suas necessidades. O *desenvolvimento infantil*, em quaisquer sociedades, é propósito indispensável como forma de garantir desenvolvimento às crianças a partir do acesso à educação, o que lhes proporcionará condições para romperem com a armadilhada da pobreza. O *mercado de trabalho* tem como característica ofertar aos indivíduos a possibilidade de empregarem a capacidade produtiva de que dispõem. Dotar e garantir que as pessoas tenham acesso a postos de trabalho, de maneira efetiva, condiz com uma política eficaz de satisfação das necessidades da população. Da mesma forma, a *disponibilidade de recursos* é um aspecto fundamental para que as famílias consigam satisfazer boa parte de suas necessidades básicas através da aquisição de bens e serviço (Barros; Carvalho; Franco, 2006).

Em face do exposto, foi estimada a seguinte equação de interesse para cada uma das variáveis dependentes:

$$\begin{aligned}
 Y_{i,t,a}^n = & \beta_0 + \beta_1 MPRD_{i,t,a} + \beta_2 \text{branco}_{i,t,a} + \beta_3 \text{anosdeestudo}_{1a4}_{i,t,a} + \\
 & \beta_4 \text{anosdeestudo}_{5a8}_{i,t,a} + \beta_5 \text{anosdeestudo}_{9a11}_{i,t,a} + \beta_6 \text{anosdeestudo}_{12oumais}_{i,t,a} + \\
 & \beta_7 \text{idade}_{i,t,a} + \beta_8 \text{conjuge}_{i,t,a} + \beta_9 \text{criança}_{0a6}_{i,t,a} + \beta_{10} \text{criança}_{7a14}_{i,t,a} + \\
 & \beta_{11} \text{urbano}_{i,t,a} + \beta_{12} \text{nordeste}_{i,t,a} + \beta_{13} \text{sul}_{i,t,a} + \beta_{14} \text{sudeste}_{i,t,a} + \\
 & + \beta_{15} \text{centrooeste}_{i,t,a} + \beta_{16} \text{DummyAno} + \beta_{17} \text{DummyTrimestre} + V'_{i,t,a} \sigma + \varepsilon_{i,t,a}
 \end{aligned} \quad (1)$$

em que $Y_{i,t,a}^n$ representa as n variáveis dependentes, já descritas no Quadro 1, para o domicílio i , no trimestre t e no ano a . A principal variável explicativa de interesse ($MPRD_{i,t,a}$) será uma *dummy*, que assumirá o valor de 1 quando o domicílio apresentar uma mulher como pessoa de referência; e valor igual a 0 quando essa pessoa for um homem. O objetivo do uso dessa *dummy* é compreender em que nível as privações impactam mais determinados domicílios em que a mulher é a pessoa de referência em contraste com os domicílios em que essa pessoa é um homem, possibilitando uma análise comparativa em torno de cada aspecto.

A fim de isolar o efeito do sexo da pessoa de referência no domicílio, foram utilizadas as variáveis de controle descritas na equação (1) referentes às características do domicílio. A variável *cor* (branco) é relevante para elucidar a continuidade e a suscetibilidade à pobreza que os indivíduos não brancos apresentam em relação aos brancos, conforme proposto por Lima, Carvalho e Gonçalves (2021). Essa variável apresenta valor igual a 1 para brancos como pessoa de referência e valor 0 para não brancos. Tomando como base Gonçalves (2015), a inserção das variáveis referentes aos *níveis educacionais* (anosdeestudo) é importante porque permite assimilar como a evolução do capital humano pode influenciar no rendimento e na possibilidade de os indivíduos conseguirem uma ocupação, possibilitando-lhes, assim, sair de uma situação de pobreza. A elaboração desse tipo de variável pode ser exemplificada a partir da variável : ela apresenta valor 1 quando a pessoa de referência da família tem de 1 a 4 anos de estudo, e valor 0, se apresenta mais anos de escolaridade. A mesma lógica é usada para a construção das demais variáveis de anos de estudo ($\text{anosdeestudo}_{5a8}$, $\text{anosdeestudo}_{9a11}$ e $\text{anosdeestudo}_{12oumais}$). A análise dessas variáveis leva em consideração a categoria de comparação referente a menos de um ano de estudo, ou seja, ausência de educação formal.

A variável foi inserida tendo-se em vista que o arranjo das famílias e as condições de mercado de trabalho são afetadas pelo ciclo de vida da pessoa de referência no domicílio, sendo capaz de gerar impactos no fator bem-estar (Lima; Carvalho; Gonçalves, 2021). Por sua vez, as variáveis *cônjuge* (cônjuge) e *presença de crianças* (criança_{0a6} e criança_{7a14}) foram empregadas por existir uma tendência de as famílias sem crianças e biparentais apresentarem menor vulnerabilidade à pobreza, conforme discutido em Ribas *et al.* (2011). Além disso, a decomposição entre crianças de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos se justifica pelo aspecto do maior cuidado e atenção necessários a membros da família de menor idade, o que impacta a rotina da pessoa de referência no domicílio e seus indicadores de rendimento, ocupação, dentre outros. A variável *cônjuge* é uma *dummy* que apresenta valor igual a 1 se a pessoa de referência no domicílio tem um cônjuge e valor 0, caso não tenha. As variáveis criança_{0a6} e criança_{7a14} também são binárias e apresentam valor 1 se existirem, respectivamente, crianças de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos nos domicílios analisados ou valor 0, caso não haja.

Sabendo-se, igualmente, que a pobreza exprime discrepâncias a depender das macrorregiões e da localização dos domicílios, foram inseridas variáveis binárias para as 4 grandes regiões do Brasil (Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). A Região Norte foi utilizada como base de comparação. Fez-se também o uso de uma *dummy* (urbano), a qual apresenta valor igual a 1 se o domicílio

se encontrar na área urbana e valor 0 se estiver situado na zona rural. Foram ainda introduzidas *dummies* de ano (DummyAno), tendo o ano de 2021 servido como ano de base, e de trimestre (DummyTrimestre), tendo sido utilizado como referência o primeiro trimestre, com o intuito de capturar as condições que se alteram em cada período. Por fim, no vetor $V'_{i,t,a}$, inseriu-se *dummies* de coorte de ano de nascimento para a pessoa de referência no domicílio, a fim de controlar diferenças entre indivíduos que nasceram em períodos distintos e fatores não observáveis – como, por exemplo, condições culturais –, que fariam com que domicílios em que a pessoa de referência fosse de sexo diferente pudessem ser mais ou menos vulneráveis à pobreza.

Visando a verificar o efeito da pandemia da Covid-19 comparando o ano de 2019 com o de 2020, foram estimadas as mesmas regressões com as idênticas variáveis dependentes e explicativas, incluindo uma variável de interação ($MPRD_{i,t,a} * COVID$), que relaciona a pessoa de referência no domicílio do sexo feminino e o ano de 2020 ($COVID$), de maneira que a equação apresenta as mesmas variáveis acrescida, apenas, da interação citada:

$$\begin{aligned}
 Y_{i,t,a}^n = & \beta_0 + \beta_1 MPRD_{i,t,a} + \beta_2 MPRD_{i,t,a} * COVID + \beta_3 branco_{i,t,a} + \\
 & \beta_4 anosdeestudo_{1a4i,t,a} + \beta_5 anosdeestudo_{5a8i,t,a} + \beta_6 anosdeestudo_{9a11i,t,a} + \\
 & \beta_7 anosdeestudo_{12oumais_{i,t,a}} + \beta_8 idade_{i,t,a} + \beta_9 conjugue_{i,t,a} + \beta_{10} crian\c{a}_{0a6i,t,a} + \quad (2) \\
 & \beta_{11} crian\c{a}_{7a14i,t,a} + \beta_{12} urbano_{i,t,a} + \beta_{13} nordeste_{i,t,a} + \beta_{14} sul_{i,t,a} + \\
 & \beta_{15} sudeste_{i,t,a} + \beta_{16} centrooeste_{i,t,a} + \beta_{17} COVID + \beta_{18} DummyAno \\
 & + \beta_{19} DummyTrimestre + V'_{i,t,a} \sigma + \varepsilon_{i,t,a}
 \end{aligned}$$

Assim, se β_1 e β_2 forem positivos, verifica-se que ser mulher a pessoa de referência no domicílio, comparativamente a ser homem, aumenta a vulnerabilidade à pobreza segundo o aspecto $Y_{i,t,a}^n$, e que esse efeito é mais intenso no ano de 2020, ano em que se inicia, no Brasil, a pandemia da Covid-19.

Foi utilizado o Modelo de Probabilidade Linear (MPL) para todas as estimações de interesse, sendo empregada a técnica de Mínimos Quadrados Ordinários para a estimação dos coeficientes. Esse modelo fornece diretamente os efeitos marginais de cada variável explicativa sobre as probabilidades das variáveis que caracterizam a pobreza sob a ótica de múltiplos aspectos, permitindo verificar diretamente o efeito marginal do sexo da pessoa de referência no domicílio sobre as variáveis Y_i de interesse: $\Pr(Y_i = 1 | MPRD_{i,t,a})$; além disso, possibilita verificar se esse efeito varia entre 2019 e 2020, período esse impactado pela pandemia da Covid-19. Ademais, a escolha desse método se baseia em exemplos apresentados por Angrist e Pischke (2009), que apontam que os efeitos e os resultados estimados pelos modelos de variáveis binárias, como *logit* e *probit*, na média, são semelhantes aos alcançados pelo MPL. Os autores defendem a escolha do MPL em diversos casos, tendo em vista que modelos não lineares trazem complexidade para a interpretação e estimação dos modelos.

Para a construção da amostra deste trabalho, foram utilizados os dados trimestrais referentes aos anos de 2019 e 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de forma empilhada, a fim de se obter um corte transversal repetido, com o intuito de controlar fatores temporais da amostra. Também foi realizada a identificação dos indivíduos e dos domicílios² visando a evitar a sobreposição de ambos na amostra em um mesmo ponto no tempo para, assim, minimizar problemas de identificação e de declaração de informações na PNADC. O número total de observações da amostra foi de 1.036.519. Foram mantidas na base apenas as informações dos domicílios em que a pessoa de referência tinha idade entre 18 e 65 anos.

2 Essa identificação foi auxiliada pela ferramenta Data Zoom desenvolvida pelo Departamento de Economia da PUC-RIO.

Foram incluídas em todas as análises estatísticas e econométricas as variáveis amostrais (variáveis que definem o tamanho da amostra, representadas, de modo geral, pelos estratos e pesos amostrais). A utilização dessas variáveis se faz importante uma vez que a PNAD é uma pesquisa amostral "complexa", que incorpora níveis de complexidade como: estratificação das unidades de amostragem, probabilidades desiguais de seleção em um ou mais estágios, conglomeração e ajustes de pesos amostrais.

Finalmente, a linha de pobreza utilizada foi a adotada pelo governo federal: meio salário-mínimo *per capita* no ano de análise. Segundo o IBGE (2020), a desigualdade econômica é avaliada através do salário-mínimo, dado que ele é uma importante referência nos contratos do mercado de trabalho e das transferências dos benefícios previdenciários, bem como nas regras de elegibilidade e repasses de diversos programas sociais. Também cabe esclarecer que, para a criação da linha da pobreza, utilizaram-se apenas as fontes de rendimento provenientes do trabalho para os indivíduos do domicílio com idade igual ou superior a 14 anos³.

4 RESULTADOS

A quarta seção, dividida em duas subseções, dedica-se a exibir os principais resultados provenientes deste trabalho. A primeira subseção visa a apresentar a análise descritiva das variáveis dependentes e explicativas da amostra, com base nos principais grupos analisados neste estudo (sexo da pessoa de referência no domicílio e ano de análise). A segunda, por sua vez, destina-se a analisar os resultados das estimações das equações (1) e (2) para todas as 4 variáveis dependentes de interesse, a fim de avaliar a feminização da pobreza sob cada aspecto [resultados da equação (1)] e verificar se esse fenômeno se agrava no cenário de pandemia da Covid-19 [resultados da equação (2)].

4.1 Análise descritiva

Nesta subseção, apresentam-se, inicialmente, as estatísticas descritivas das variáveis dependentes por meio do efeito comparativo do ano de 2020 em relação ao de 2019, levando em consideração a principal variável explicativa de interesse: o sexo da Pessoa de Referência no Domicílio (PRD)⁴.

A Tabela 1 descreve as porcentagens de cada carência, identificadas pelas variáveis dependentes, por sexo da pessoa de referência no domicílio e por ano. A análise desses dados permite observar que existem diferenças nas proporções das carências quando comparados os domicílios em que o sexo da pessoa de referência difere. Nota-se que os domicílios em que essa pessoa é uma mulher parecem estar em maior condição de vulnerabilidade, tendo-se em vista as privações deste trabalho, para ambos os anos, quando comparados aos domicílios em que o homem é a pessoa de referência. Considerando-se os dados, esse resultado parece ser mais acentuado para o aspecto *disponibilidade de recursos*. Apenas para o aspecto *desenvolvimento infantil*, no ano de 2020, essa suscetibilidade na privação parece não ser maior para os domicílios em que a pessoa de referência é uma mulher.

A proporção de domicílios aumentou em ambas as variáveis referentes ao *mercado de trabalho*, para ambos os sexos da PRD em 2020, em um comparativo com 2019. Contudo, esse aumento parece ser maior nos domicílios em que a mulher é a PRD. O aumento para as famílias em que o

3 Essa escolha se deu por dois motivos: i) devido ao fato de a PNAD de periodicidade trimestral se limitar aos rendimentos provenientes do trabalho; e ii) por ter sido implementado, em 2020, o programa Auxílio Emergencial do governo federal. Nesse caso, se fosse utilizada a linha de pobreza com base em rendimentos incluindo os não provenientes do trabalho (o que incluiria o valor do Auxílio Emergencial), e seus resultados fossem comparados com os do ano de 2019 (quando não havia Auxílio Emergencial), poderiam incorrer vieses, visto que as regras do programa se diferenciaram para mulheres de referência do domicílio sem cônjuge.

4 Por fins textuais, serão utilizadas, nesta e na próxima seção, as seguintes siglas: **PRD** – para alusão ao termo *Pessoa de Referência no Domicílio*; **MPRD** – para *Mulher Pessoa de Referência no Domicílio*; e **HPRD** – para *Homem Pessoa de Referência no Domicílio*.

homem é a pessoa de referência (HPRD) foi na magnitude de 0,76 e 1,78 p.p. para as respectivas variáveis do aspecto *mercado de trabalho*. Já o crescimento dessas privações para os domicílios em que a mulher é a pessoa de referência do domicílio (MPRD) foi de 2,11 e 2,19 p.p., respectivamente. Lima, Carvalho e Gonçalves (2021) obtiveram resultados semelhantes no comparativo entre os sexos, levando em conta os fatores da *empregabilidade* e da *ocupação formal*.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das privações por sexo da pessoa de referência no domicílio, para 2019 e 2020

Aspectos	Variáveis	Homem		Mulher	
		2019	2020	2019	2020
		%			
Desenvolvimento infantil	Presença de ao menos uma criança (0 a 17 anos) fora da escola	5,16	5,20	5,25	5,19
	Ausência de ocupado no setor formal	41,27	42,03	45,92	48,03
Mercado de Trabalho	Menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados	13,70	15,48	16,56	18,75
	Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha da pobreza	41,23	45,98	49,21	55,32

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC.

Com relação ao aspecto *disponibilidade de recurso*, o resultado parece se assemelhar ao obtido no quesito *mercado de trabalho*, aparentando convergir para uma situação mais desfavorável para as famílias em que se tem a MPRD. Comparativamente, houve um aumento de 6,11 p.p. na proporção desses domicílios abaixo da linha da pobreza em 2020, considerando 2019 como base, enquanto os domicílios onde se tem o HPRD passaram por um aumento dessa carência na magnitude de 4,73 p.p. Tavares (2021) observa que, para 2020, as mulheres são, em comparação aos homens, o grupo de maior proporção com renda abaixo de meio salário-mínimo, corroborando o resultado encontrado neste estudo, tendo-se em vista o parâmetro da linha de pobreza adotado.

Já os dados referentes ao aspecto *desenvolvimento infantil* demonstram distintos resultados para domicílios em que a pessoa de referência tem sexos díspares, porém, em termos de variação, a magnitude foi pequena. Nos casos em que se tem HPRD, a situação ficou menos favorável, ocorrendo um pequeno aumento de 0,04 p.p. em 2020. Por sua vez, os lares onde se tem MPRD apresentaram um sutil favorecimento, retratado pela redução de 0,06 p.p. no ano de 2020, comparado a 2019.

Por meio dos dados apresentados na Tabela 1, é possível observar diferenças tanto na amplitude quanto no comportamento dessas carências entre os domicílios analisados. Contudo, essas desigualdades tomando por base o sexo e o ano de análise são apenas hipotéticas, uma vez que existem características da pessoa de referência e dos domicílios que podem contribuir para explicar as diferenças verificadas. Nessa perspectiva, as estatísticas da Tabela 2 descrevem o perfil médio dos domicílios, considerando pessoas de referência do sexo masculino e feminino e levando-se em conta as variáveis de controle utilizadas nas equações estimadas deste trabalho.

Mediante os dados da Tabela 2, pode-se constatar que, em ambos os anos, a proporção de domicílios em que a pessoa de referência é homem branco, comparado a homens de outras raças, é superior à proporção de mulheres com essa mesma característica, contudo, a diferença é pequena. Em 2019, 38,95% e 37,90% eram, respectivamente, as proporções das pessoas de referência do sexo masculino e do sexo feminino que se autodeclararam brancas. Já em 2020, essa proporção foi de 39,73% para os homens e de 38,42% para as mulheres.

Tabela 2 – Características dos domicílios por sexo da pessoa de referência, em 2019 e 2020

Variáveis	Homem		Mulher	
	2019	2020	2019	2020
	%			
Branco	38,95	39,73	37,90	38,42
Escolaridade				
Menos de 1 ano de estudo	5,80	5,13	4,68	3,87
1 a 4 anos de estudo	12,69	11,31	9,65	8,46
5 a 8 anos de estudo	25,11	24,37	22,07	20,94
9 a 11 anos de estudo	13,91	13,84	13,64	13,58
>= 12 anos de estudo	42,46	45,33	49,95	53,13
Com Cônjuge	78,76	78,32	50,77	51,35
Reside em área urbana	67,84	69,44	82,03	82,77
Região Federativa				
Norte	13,23	12,92	12,28	12,56
Nordeste	30,96	29,66	33,61	31,99
Sudeste	27,43	28,74	26,63	28,03
Sul	17,80	18,02	17,40	16,96
Centro-Oeste	10,58	10,64	10,08	10,46
Presença de Criança				
Criança de 0 a 6 anos	27,70	25,21	28,12	26,02
Criança de 7 a 14 anos	28,98	27,11	31,97	30,49
	Média			
Idade	44,75	45,34	44,57	44,83
Observações	337.349	230.231	267.755	201.184

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC.

Em relação à *escolaridade* da pessoa de referência, os homens estão em maior proporção, tanto em 2019 quanto em 2020, se comparados às mulheres, nas faixas de anos de estudo inferiores a 12 anos (menor que 1 ano de estudo; de 1 a 4; de 5 a 8; e de 9 a 11 anos de estudo). Entretanto, quando considerada a faixa igual ou acima de 12 anos de estudo, em ambos os anos de análise, as mulheres exibem proporções maiores em comparação aos homens. Nos anos de 2019 e 2020, a magnitude para aquelas com 12 anos ou mais de estudo foi, respectivamente, de 49,95% e 53,13%, enquanto para os homens foi de 42,46% e 45,53%. Tal resultado parece indicar que as mulheres que são PRD, na média, apresentam maior nível de escolaridade, pelo parâmetro anos de estudo, se comparadas aos homens que estão nessa mesma posição no domicílio. Essa hipótese é constatada também nos resultados do estudo de Batista e Costa (2020).

A proporção de PRD com cônjuge, comparada à de outros arranjos familiares, é maior quando o responsável é um homem, em ambos os anos de análise. Em 2019, as mulheres e os homens pertencentes a essa categoria apresentaram, respectivamente, as magnitudes de 50,77% e 78,76%. Já em 2020, essa proporção foi de 51,35% para as mulheres e de 78,32% para os homens.

No que concerne à *localização dos municípios*, os dados indicam a prevalência de PRD, de ambos os sexos, situada na área urbana e na Região Nordeste, tanto para 2019 quanto para 2020. No entanto, os dados apontam um crescimento na localização de pessoas na Região Sudeste e, de modo oposto, indicam uma queda na Região Nordeste. Para os homens, a queda ocorrida em 2020 em relação ao ano de 2019, no Nordeste, foi de 1,3 p.p. e para as mulheres foi de 1,62 p.p. Por outro lado, verifica-se um crescimento de domicílios na Região Sudeste, quando se comparam os anos de 2020 e 2019, para ambos os sexos da pessoa de referência (1,31 e 1,4 p.p. para homens e mulheres, respectivamente).

Os dados da Tabela 2 indicam ainda que a *presença de crianças* demonstra ser maior, em ambos os anos, quando se tem MPRD do que nos casos de HPRD, e para ambos os grupos de idade. Parte disso pode ser explicado pelo fato de que a grande maioria das guardas de filhos, após o divórcio, são concedidas às mulheres (Almeida, 2020) e, como aqui observado, há um maior percentual de

mulheres na posição de PRD sem cônjuge, ficando para elas, em sua maioria, a responsabilidade dos cuidados com os filhos.

Por fim, a média de *idade* dos homens e das mulheres de referência no domicílio apresentou ligeira diferença. A idade média de ambos, em 2019, era de 44 anos. Já em 2020, enquanto a idade média dos homens passou a ser a de 45 anos, a das mulheres se manteve em 44 anos.

Dentre o total de 1.036.519 de observações presentes na amostra, 605.104 são de HPRD e 431.415 são de MPRD. Esses dados permitem inferir que, em 2019, dentre as pessoas de referência no domicílio, aproximadamente 40,5% do total eram mulheres e, em 2020, esse número aumentou para cerca de 43%.

Sendo assim, ao realizar uma análise descritiva dos dados da amostra, é possível constatar que os domicílios em que a mulher é a pessoa de referência apresentam magnitudes superiores de vulnerabilidade em relação a boa parte das carências, se comparados aos domicílios nos quais o homem é a pessoa de referência. O panorama também reflete uma situação desfavorável nos domicílios em que se tem MPRD ao avaliarmos as estatísticas comparativas entre os anos. No entanto, como abordado anteriormente e confirmado pelos dados da Tabela 2, outras variáveis contribuem para que domicílios com pessoa de referência de sexo diferente sejam díspares. Isso se dá porque há uma maior proporção de domicílios em que a mulher é a PRD comparativamente a domicílios em que se tem HPRD com as seguintes características: alto grau de instrução, ausência de um cônjuge, presença de filhos e situados em regiões urbanas e na Região Nordeste. Esse aspecto comprova o que já fora discutido anteriormente: embora as mulheres estudem mais, elas ainda estão inseridas em uma situação de maior propensão à pobreza. Ademais, as características tanto da pessoa de referência quanto dos domicílios são também importantes parâmetros para compreender o hiato de tempo em que certos grupos de indivíduos permanecem na pobreza (Lima; Carvalho; Gonçalves, 2021). Desse modo, para confirmar as hipóteses levantadas, faz-se necessária a utilização da estratégia empírica aqui adotada, sendo seus resultados apresentados na próxima subseção.

4.2 Resultados econométricos

A Tabela 3 apresenta os resultados da feminização da pobreza para os anos de 2019 e 2020 em relação a cada aspecto referente à pobreza. Na coluna 2 (Y^1), estão os resultados da variável “presença de pelo menos uma criança (de 5 a 17 anos) fora da escola”, representando o aspecto *desenvolvimento infantil*. Nas colunas 3 (Y^2) e 4 (Y^3), estão os resultados do aspecto *mercado de trabalho*, representados respectivamente pelas variáveis “ausência de ocupado no setor formal” e “menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados”. Por fim, a coluna 5 (Y^4) expõe os resultados relativos à variável “renda familiar *per capita* inferior à linha da pobreza”, apresentando os efeitos do aspecto *disponibilidade de recursos*.

Os dados da Tabela 3 revelam que o fato de se ter uma mulher como pessoa de referência no domicílio aumenta a sua probabilidade de apresentar todas as variáveis de pobreza analisadas neste trabalho, comparativamente aos casos em que se tem um homem. Os aspectos *mercado de trabalho* (Y^2 e Y^3) e *disponibilidade de recursos* (Y^4) se sobressaíram em termos de proporção do aumento. Tal resultado condiz com o encontrado por Oliveira (2018) para a Região Nordeste. Essa autora verificou que os principais parâmetros em termos de vulnerabilidade para a condição de pobreza e para o fomento desse círculo vicioso, quando analisados os quadros de MPRD, são aqueles relacionados ao trabalho e à renda.

Tabela 3 – Feminização da pobreza nos anos de 2019 e 2020

Variáveis	Y ¹	Y ²	Y ³	Y ⁴
Mulher	0,00620*** (0,00108)	0,0341*** (0,00147)	0,0384*** (0,00116)	0,0899*** (0,00144)
Branco	-0,00269** (0,00108)	-0,0262*** (0,00155)	-0,0232*** (0,00125)	-0,0545*** (0,00154)
1 a 4 anos de estudo	-0,0156*** (0,00345)	-0,0428*** (0,00374)	-0,00428 (0,00354)	-0,0317*** (0,00339)
5 a 8 anos de estudo	-0,0303*** (0,00316)	-0,132*** (0,00347)	-0,0183*** (0,00326)	-0,119*** (0,00318)
9 a 11 anos de estudo	-0,0485*** (0,00324)	-0,196*** (0,00379)	-0,0348*** (0,00350)	-0,192*** (0,00350)
>= 12 anos de estudo	-0,0622*** (0,00313)	-0,355*** (0,00349)	-0,0736*** (0,00325)	-0,364*** (0,00322)
Idade	0,000279 (0,000217)	0,000468 (0,000296)	0,00288*** (0,000222)	0,00222*** (0,000283)
Com Cônjuge	-0,00838*** (0,00135)	-0,178*** (0,00164)	0,0167*** (0,00131)	-0,0976*** (0,00156)
Criança de 0 a 6 anos	0,00959*** (0,00109)	0,0234*** (0,00169)	0,00642*** (0,00140)	0,153*** (0,00167)
Criança de 7 a 14 anos	-0,0442*** (0,00120)	0,0274*** (0,00157)	0,0276*** (0,00135)	0,149*** (0,00157)
Reside em área urbana	-0,00796*** (0,00123)	-0,140*** (0,00165)	0,0280*** (0,00137)	-0,146*** (0,00158)
Nordeste	-0,0183*** (0,00157)	0,0103*** (0,00246)	0,00901*** (0,00191)	0,0601*** (0,00230)
Sudeste	-0,0130*** (0,00166)	-0,151*** (0,00249)	-0,0233*** (0,00193)	-0,125*** (0,00237)
Sul	-0,0197*** (0,00180)	-0,213*** (0,00264)	-0,0591*** (0,00202)	-0,174*** (0,00254)
Centro-Oeste	-0,0114*** (0,00187)	-0,158*** (0,00274)	-0,0442*** (0,00211)	-0,173*** (0,00262)
Constante	0,116*** (0,0172)	1,095*** (0,0220)	0,00942 (0,0170)	0,837*** (0,0211)
Efeito fixo de ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de trimestre	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de coorte PRD	Sim	Sim	Sim	Sim
R ²	0,025	0,197	0,035	0,253

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC.

Nota: (***), (**) e (*) indicam níveis de significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Erros-padrão robustos entre parênteses. As variáveis Y são as variáveis dependentes deste estudo: Y¹ Presença de ao menos uma criança (5 a 17 anos) fora da escola; Y² Ausência de ocupado no setor formal; Y³ Menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados; Y⁴ Renda familiar *per capita* inferior à linha da pobreza.

Comparando-se os cenários de MPRD com os de HPRD observa-se, pelos resultados da Tabela 3, que a probabilidade de se ter a presença de pelo menos uma criança (de 5 a 17 anos) fora da escola (aumenta em 0,06 p.p. nos casos de MPRD. Já para o aspecto *mercado de trabalho*, há um efeito positivo sobre ambos os componentes de vulnerabilidade considerados. A magnitude desse efeito é na ordem de 3,41 p.p. e 3,84 p.p. para as variáveis Y² e Y³, respectivamente. Com relação à *disponibilidade de recursos*, a probabilidade de a renda familiar *per capita* situar-se abaixo da linha da pobreza também aumenta em 8,99 p.p. para a MPRD quando comparados os dois cenários. Todos esses coeficientes foram significativos a 1%. Esses resultados sugerem que, no Brasil, domicílios em que a pessoa de referência é uma mulher têm maior probabilidade de estarem vulneráveis em todas as dimensões avaliadas neste trabalho, sinalizando haver indícios de que a feminização da pobreza exista no País e de que esse fenômeno esteja relacionado, em maior magnitude, ao aspecto da *disponibilidade de recursos*, seguido pelo aspecto do *mercado de trabalho* e,

por último, ao do *desenvolvimento infantil*. No entanto, há outras variáveis que podem explicar a vulnerabilidade à pobreza do domicílio, as quais serão discutidas a seguir.

A partir dos dados da Tabela 3, é possível inferir que se a raça da pessoa de referência no domicílio é branca há uma menor probabilidade de os domicílios apresentarem todas as privações analisadas neste estudo, se comparados aos casos em que a pessoa de referência do domicílio é negra. Os registros referentes a esse aspecto foram estatisticamente significativos e corroboram o resultado encontrado nos modelos de Batista e Costa (2020), que sustentam a teoria de não brancos relacionarem-se positivamente com a pobreza.

No que diz respeito ao nível de escolaridade da PRD, percebe-se que ter algum nível de instrução, comparado a não ter nenhum, correlaciona-se, em geral, a uma menor probabilidade de os domicílios situarem-se nas carências analisadas. Essa conclusão não pode ser expandida apenas para os domicílios em que a PRD tem de 1 a 4 anos de estudo, comparados aos domicílios em que a PRD não tem nível algum de escolaridade, quando analisada a variável que identifica se menos da metade dos membros em idade ativa do domicílio encontram-se ocupados (Y^3). Todos os demais coeficientes foram significativos a 1%. Além disso, à medida que a PRD se torna mais instruída, ou seja, ao passo que o nível de escolaridade desse indivíduo se eleva, a probabilidade de os domicílios manifestarem todas as privações diminui. Apresentando resultados semelhantes, Souza *et al.* (2020) consideram o fator escolaridade como um potencial amortecedor e minimizador do fenômeno da pobreza.

As estatísticas referentes à idade da PRD foram significativas para apenas metade das variáveis dependentes. A probabilidade de menos da metade dos membros em idade ativa encontrarem-se ocupados e de a renda familiar *per capita* situar-se abaixo da linha da pobreza aumenta para os domicílios à medida que a idade da PRD aumenta. Para as outras variáveis dependentes do modelo, o resultado não foi significativo, mostrando que a idade não tem efeito sobre as chances de os domicílios terem crianças de 0 a 7 anos fora da escola ou sobre a decisão por trabalho no setor formal.

O fato de a PRD ter um cônjuge também influencia na probabilidade de os domicílios se apresentarem ou não em condição de vulnerabilidade à pobreza, quando comparado com os contextos de ausência de cônjuge. Verifica-se que a presença de um cônjuge para a PRD está relacionada a uma menor probabilidade de os domicílios estarem susceptíveis à pobreza no que se refere aos componentes de acesso à educação das crianças (Y^1), qualidade do emprego (Y^2) e de pobreza relacionada à disponibilidade de recursos (Y^4). Esse resultado é semelhante ao encontrado por Lima, Carvalho e Gonçalves (2021). Os autores ponderam que as famílias monoparentais comumente se encontram em situação desfavorável devido às atribuições parentais e domésticas que incidem sobre um único indivíduo, dificultando a conciliação dos fatores extrafamiliares. No entanto, há uma maior probabilidade de menos da metade dos membros em idade ativa encontrarem-se ocupados (Y^3) em famílias biparentais.

A presença de criança nas faixas de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos está relacionada a uma maior probabilidade de os domicílios manifestarem as vulnerabilidades representadas pelas variáveis dependentes. Apenas no aspecto *desenvolvimento infantil*, para os domicílios com presença de criança de 7 a 14 anos, o resultado é o inverso, isto é, a presença de criança dessa faixa etária reduz a probabilidade da variável correlacionada a esse aspecto.

No que tange à localização dos domicílios, na maioria dos casos, situar-se na zona urbana diminui a probabilidade de os domicílios estarem em situação de privação. Há uma correlação positiva apenas entre o domicílio urbano e a variável que identifica se menos da metade dos membros em idade ativa dos domicílios encontram-se ocupados (Y^3). Além disso, a Tabela 3 permite verificar que somente os domicílios situados na Região Nordeste, comparativamente aos da Região Norte, apresentam maior probabilidade de estarem em situação de vulnerabilidade para os aspectos do *mercado de trabalho* e da *disponibilidade de recursos*; todas as outras regiões, comparadas à Região Norte, apresentam resultados opostos. Já a probabilidade de privação para o aspecto do

desenvolvimento infantil aumenta para os domicílios situados no Norte, comparativamente a todas as outras regiões.

Faz-se importante, por fim, a análise dos coeficientes de determinação (R^2) das estimações da Tabela 3. Foi possível observar que 2,5% da variação para a condição “presença de pelo menos uma criança (5 a 17 anos de idade) fora da escola” (Y^1); 19,7% da variação em “ausência de ocupados no setor formal” (Y^2); 3,5% da variação em “menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados” (Y^3); e 25,3% da variação na “renda *per capita* inferior à linha da pobreza” (Y^4) são explicadas pelas variáveis do modelo.

A Tabela 4 apresenta os resultados encontrados quando inserida a interação entre a variável de interesse (MPRD) e o ano de 2020, ano esse em que se iniciou, no Brasil, a pandemia da Covid-19. O objetivo dessa análise foi o de avaliar a correlação entre a condição da MPRD e o ano que marcou o início da pandemia da Covid-19 diante das variáveis que representam os aspectos relacionados à pobreza considerados neste trabalho. Tal como feito anteriormente, a coluna 2 (Y^1) apresenta os resultados para o aspecto *desenvolvimento infantil*, as colunas 3 (Y^2) e 4 (Y^3) representam o aspecto *mercado de trabalho*, e a coluna 4 (Y^4) exhibe os resultados do aspecto *disponibilidade de recursos*.

Em face dos dados da Tabela 4, é possível observar que ser PRD mulher comparado a ser PRD homem aumenta a probabilidade de os domicílios apresentarem todas as vulnerabilidades dos aspectos relacionados à pobreza. Além disso, ao se analisar a variável de interação acrescentada, pode-se verificar que estar no ano em que se inicia a pandemia da Covid-19, em relação ao ano anterior, acentua a vulnerabilidade à pobreza dos domicílios em que a pessoa de referência é uma mulher nos aspectos *mercado de trabalho* (Y^2 e Y^3) e *disponibilidade de recursos* (Y^4). Efeitos significativamente diferentes entre os anos não é encontrado para o aspecto *desenvolvimento infantil* (Y^1). Dessa forma, os resultados parecem indicar haver uma relação entre advento da pandemia e situações vulneráveis para as mulheres em termos de pobreza para os aspectos analisados neste trabalho.

Nos domicílios em que a mulher é a pessoa de referência, comparados àqueles em que essa pessoa é o homem, a probabilidade de ausência de ocupados no setor formal (Y^2) aumenta em 2,51 p.p. no ano de 2019 e em 4,3 p.p. em 2020. Além disso, para o aspecto *mercado de trabalho*, a probabilidade de menos da metade dos membros em idade ativa no domicílio encontrarem-se ocupados (Y^3) aumenta em 3,45 p.p. e em 4,2 p.p. para os anos de 2019 e 2020, respectivamente, naqueles domicílios em que a pessoa de referência é mulher. Em um estudo do mesmo âmbito, ao realizar uma análise das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho durante a pandemia, Tavares et. al (2024) obteve resultados correlatos na comparação entre homens e mulheres, indicando que as mulheres negras e brancas apresentam uma menor probabilidade de se encontrarem ocupadas quando comparadas a homens brancos durante o ano de 2020.

Tabela 4 – Efeitos da Covid-19 sobre a feminização da pobreza (comparação entre 2020 e 2019)

Variáveis	Y^1	Y^2	Y^3	Y^4
Mulher	0,00623*** (0,00134)	0,0251*** (0,00163)	0,0345*** (0,00128)	0,0823*** (0,00158)
Mulher*Covid	-5,00e-05 (0,00190)	0,0179*** (0,00276)	0,00781*** (0,00229)	0,0151*** (0,00272)
Branco	-0,00269** (0,00108)	-0,0262*** (0,00155)	-0,0232*** (0,00125)	-0,0545*** (0,00154)
1 a 4 anos de estudo	-0,0156*** (0,00345)	-0,0429*** (0,00374)	-0,00429 (0,00354)	-0,0317*** (0,00339)
5 a 8 anos de estudo	-0,0303*** (0,00316)	-0,132*** (0,00347)	-0,0183*** (0,00326)	-0,119*** (0,00318)
9 a 11 anos de estudo	-0,0485*** (0,00324)	-0,196*** (0,00379)	-0,0348*** (0,00350)	-0,192*** (0,00350)

Variáveis	Y ¹	Y ²	Y ³	Y ⁴
>= 12 anos de estudo	-0,0622*** (0,00313)	-0,355*** (0,00349)	-0,0736*** (0,00324)	-0,364*** (0,00322)
Idade	0,000279 (0,000217)	0,000472 (0,000296)	0,00288*** (0,000221)	0,00222*** (0,000283)
Com Cônjuge	-0,00838*** (0,00136)	-0,178*** (0,00164)	0,0166*** (0,00131)	-0,0977*** (0,00156)
Criança de 0 a 6 anos	0,00959*** (0,00109)	0,0234*** (0,00169)	0,00642*** (0,00140)	0,153*** (0,00167)
Criança de 7 a 14 anos	-0,0442*** (0,00120)	0,0274*** (0,00157)	0,0275*** (0,00135)	0,149*** (0,00157)
Reside em área urbana	-0,00796*** (0,00123)	-0,140*** (0,00165)	0,0280*** (0,00137)	-0,146*** (0,00158)
Nordeste	-0,0183*** (0,00157)	0,0103*** (0,00246)	0,00902*** (0,00191)	0,0601*** (0,00230)
Sudeste	-0,0130*** (0,00166)	-0,151*** (0,00249)	-0,0233*** (0,00193)	-0,125*** (0,00237)
Sul	-0,0197*** (0,00180)	-0,213*** (0,00264)	-0,0591*** (0,00202)	-0,174*** (0,00255)
Centro-Oeste	-0,0114*** (0,00187)	-0,158*** (0,00274)	-0,0442*** (0,00211)	-0,173*** (0,00262)
Constante	0,116*** (0,0172)	1,099*** (0,0220)	0,0112 (0,0170)	0,841*** (0,0211)
Covid	0,000705 (0,00124)	0,0249*** (0,00188)	0,0272*** (0,00146)	0,0787*** (0,00186)
Efeito fixo de ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de trimestre	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de coorte PRD	Sim	Sim	Sim	Sim
R ²	0,024	0,197	0,034	0,253

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC.

Nota: (***), (**) e (*) indicam níveis de significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Erros-padrão robustos entre parênteses. As variáveis Y são as variáveis dependentes deste estudo: Y¹ Presença de ao menos uma criança (5 a 17 anos) fora da escola; Y² Ausência de ocupado no setor formal; Y³ Menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados; Y⁴ Renda familiar *per capita* inferior à linha da pobreza.

Com relação ao aspecto da renda *per capita* das famílias situar-se abaixo da linha da pobreza, a probabilidade da ocorrência dessa privação aumentou em 8,23 p.p. em 2019 e em 9,74 p.p. no ano de 2020, nos domicílios em que a mulher é a responsável, comparado àqueles em que o homem assume esse papel. Seguindo essa mesma vertente, Jardim (2021) constatou que, a partir do início da ocorrência da pandemia da Covid-19, a discriminação de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho tornou-se acentuada no Brasil, uma vez que, ao comparar o ano de 2020 com o de 2019, para elas, foi encontrada uma redução nos rendimentos provenientes do trabalho principal, enquanto para eles observou-se o contrário.

No que concerne ao *desenvolvimento infantil*, a probabilidade da presença de pelo menos uma criança (de 5 a 17 anos) fora da escola aumentou em 0,62 p.p. para o ano de 2019, e, em 2020, essa estatística não foi significativa. Esse resultado pode estar relacionado com a metodologia e com as políticas de frequência das aulas remotas, que surgiram como uma alternativa ao ensino durante a pandemia da Covid-19. Sabe-se que muitas dessas metodologias e políticas foram implementadas sob uma conjuntura de carência de projetos e de políticas educacionais planejadas e capazes de atender às inúmeras realidades brasileiras e sem uma real capacidade de integração de todos os estudantes ao sistema educacional do País, conforme observado por Cunha, Silva e Silva (2020).

Ademais, não houve mudança significativa dos coeficientes de determinação das estimações da Tabela 4 em relação aos coeficientes de determinação das estimativas da Tabela 3. Ou seja, a inclusão da interação não afeta o ajuste dos modelos, uma vez que esta apenas foi utilizada para comparar o efeito antes e depois da pandemia da Covid-19 entre MPRD e HPRD.

Os resultados aqui aferidos confirmam que há a feminização da pobreza no Brasil e que esse fenômeno é intensificado com o advento da pandemia da Covid-19. Eles comprovam também que a vulnerabilidade à pobreza para os casos de domicílios em que a mulher é a pessoa de referência, durante esse episódio, está mais relacionada ao aspecto da *disponibilidade de recursos* e que o que mais se intensifica com a pandemia é o componente de qualidade de emprego.

5 CONCLUSÕES

Os resultados indicaram haver uma maior probabilidade de os domicílios em que a mulher é a pessoa de referência estarem mais vulneráveis à pobreza quanto a esses aspectos, se comparados àqueles em que essa pessoa é um homem. Além disso, foi possível observar uma relação positiva entre o início da pandemia da Covid-19 e o fenômeno da pobreza para as mulheres desse grupo. As análises indicaram ainda que as maiores privações das mulheres, quando comparadas aos homens, estão relacionadas ao mercado de trabalho e à renda. Notou-se, também, por meio dos dados, que, em tempos de crise, as mulheres estão ainda mais suscetíveis a privações.

Faz-se importante reforçar as limitações das considerações obtidas por este estudo. A escolha das variáveis que compuseram a análise acerca das privações da pobreza foi delimitada pela disponibilidade de dados de antes e depois da pandemia da Covid-19, de forma que, em face dessa questão temporal, a seleção dessas variáveis ficou comprometida, uma vez que se fez necessária a escolha de aspectos capazes de exibirem efeitos de curto prazo (2 anos). Sugere-se, para os trabalhos futuros, a escolha de outros componentes que demandem períodos superiores para identificação dos possíveis efeitos advindos da pandemia da Covid-19, uma vez que novos dados da PNADC estarão disponíveis para anos posteriores a 2020.

Em suma, este trabalho verificou e comprovou a suscetibilidade à pobreza de um grupo vulnerável da sociedade. A sua propensão foi investigada a partir de condições que excedem as questões de renda, abordando atributos essenciais para que as famílias consigam satisfazer suas necessidades, mantenham uma vida digna e para que tenham condições para romper com a armadilha da pobreza. Através das informações e resultados apresentados, os formuladores de políticas públicas podem promover estratégias mais direcionadas para o mercado de trabalho. Faz-se necessária a implementação de normas capazes de equiparar os salários das mulheres com os dos homens, quando ambos ocuparem a mesma posição e desempenharem a mesma função no trabalho, sob pena de que as instituições que não se adequarem a tais normas sofram medidas corretivas, como multas financeiras. Ademais, as empresas podem implantar políticas internas de flexibilização da jornada de trabalho, tanto para mulheres quanto para os homens, como uma medida para fornecer o tempo necessário para que os pais consigam conciliar a vida profissional com o acompanhamento dos filhos no desenvolvimento escolar, haja vista que o processo de trabalho em *home office*, aumentado em larga escala a partir do início da pandemia, mostrou-se uma prática sustentável para as empresas, podendo contribuir na conciliação da jornada que os pais de família enfrentam. Por fim, com base nos resultados, é importante que haja políticas direcionadas para a formalização dos trabalhos como forma de garantir empregos de qualidade para todos e, assim, promover mais bem-estar aos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. **Choques e questões de gênero: perspectivas sobre indicadores educacionais e econômicos brasileiros**. Viçosa. Viçosa: UFV, 2020. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/28316/1/texto%20completo.pdf>. Acesso e: 06 mar. 2024.
- ALMEIDA, A. C. *et al.* **Reflexões sobre as relações entre desigualdade de gênero, mercado de trabalho e educação dos filhos**. Santa Maria, Rio Grande do Sul: OSE/UFSM, 15 mar. 2021. (Textos para Discussão, n. 26).
- ANGRIST, J.; PISCHKE, J. S. **Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion**. Princeton University Press, 2009.
- ARAÚJO, C. L. DE; CASACA, S. F. **A vulnerabilidade à pobreza das mulheres responsáveis por famílias monoparentais no Brasil e o papel das políticas públicas**. Centre for African and Development Studies, 2021. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cav/cavwpp/wp181.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, nº 1227).
- BATISTA, A. L.; COSTA, L. V. Domicílios chefiados por mulheres e pobreza no Brasil: uma análise de 2011 a 2015. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 3, 2020.
- COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. H.; HECKSHER, M. Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia da covid-19. **Boletim Mercado de Trabalho: Análise e Conjuntura**, n. 71, IPEA, 2021.
- COSTA, J. S. D. M.; PINHEIRO, L. S.; MEDEIROS, M.; Queiroz, C. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, nº 1137).
- CUNHA, L. F. F.; SILVA, A. S.; SILVA, A. P. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 3, p. 27-37, 2020.
- FERREIRA, M. Sub-representação política de mulheres: Reflexões a respeito das eleições à vereança no Recôncavo da Bahia. **Revista de Informação Legislativa**, v. 58, n. 229, p. 79-101, 2021.
- FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Pobreza: substantivo feminino. Observatório das desigualdades, **Boletim nº 8**. Abril de 2020.
- GARRUCHO, M. E. G.; CABRERA, L. C.; CALDARELLI, C. E. Pobreza feminina no Brasil: os domicílios pobres chefiados por mulheres. **Orbis Latina**, v. 11, n. 1, p. 142-159, 2021.
- GONÇALVES, S. L. **Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica para seis regiões metropolitanas (2002 a 2011)**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), v. 01, 226 p., 2015.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 13, p. 595-609, 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 43. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Gender and economics**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/themes/gender/index.htm>. Acesso em: 16 de mar. 2022.

JARDIM, S. C. **Efeitos da pandemia da COVID-19 sobre a discriminação de rendimentos por gênero no mercado de trabalho brasileiro**. Viçosa: UFV, 2021.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**, p. 55-63, 2003.

LIMA, T. M. G; CARVALHO, A. R.; GONÇALVES, S. L. Determinantes da duração da pobreza feminina no Brasil entre 2012 e 2019. *In*: 49º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 2021, formato online. **Anais...** ANPEC. 2021.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *In*: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004. **Anais...** Caxambu. 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/%20anais/article/viewFile/1304/1268>. Acesso em: 12 jun. 2021.

OLIVEIRA, N. S. M. N. **Pobreza das mulheres chefes de família da Região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional**. Toledo: UNIOESTE, 2018. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3949/2/Nadja_Oliveira_2018.pdf. Acessado em: 03 mar. de 2024.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, Washington, v. 11, p. 28-36, 1978.

PRESSMAN, S. Feminist Explanations for the Feminization of Poverty. **Journal of Economic Issues**, v. 37, n. 2, p. 353-361, 2003.

RIBAS, R. P.; MACHADO, A. F. ; GOLGHER, A. B. Flutuações e Persistência na Pobreza: Uma Análise de Decomposição Transitória-Crônica para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 287-336, 2011.

SEN, A. K. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. **Human Development Report**, p. 15-23, 1997.

SILVA, M. M. C.; SHINKODA M. The gender gap and COVID-19 pandemic: an analysis for net Brazilian formal jobs destruction. **Economia**, v. 22, p. 225-238, 2021.

SILVA, M. R.; OSTERNE, M. S. F. Mulher, sinônimo de pobreza? **Caderno Espaço Feminino (Online)**, v. 25, p. 153-175, 2012.

SOUZA, V.; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R.; RAIHER, A. P. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe GEPEC**, v. 24, n. 1, p. 53-72, 2020.

TAVARES, M. R. G.; COSTA, L.V.; ALMEIDA, A. C. Uma análise sobre as desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho durante a pandemia de COVID-19. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 53, p. 691-725, 2023.

UNITED NATIONS. **Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women**. 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women>. Acesso em: 20 ago. 2021.

VEGA, A. P. Pobreza feminina desvendando suas raízes. **Revista tempo, espaço e linguagem**, v. 10, p. 177-200, 2019.